

Jeton separa antigos aliados

Juntos, resistiram aos piores momentos do autoritarismo. Juntos, serviram ao país como instrumentos da maior mobilização política de que se tem notícia na história. Juntos, o Congresso e a imprensa ajudaram a derrubar o regime militar. E agora, finda a batalha, surgem os primeiros atritos entre os antigos aliados.

A crise chegou ao seu ponto máximo no final da semana, com a explosiva reação do Congresso às denúncias que vinham sendo feitas pela imprensa desde junho, quando sete deputados foram flagrados votando duas vezes. O estopim foi o paralelo feito pelo **Jornal de Brasília** entre o Congresso e um circo cultural do Governo do Distrito Federal, instalado na Esplanada dos Ministérios. O objetivo era criticar os privilégios do Legislativo — o pagamento a parlamentares ausentes das sessões.

As relações começaram a se deteriorar após dois meses de acomodação ao novo regime. No dia 13 de junho, os sete **pianistas** foram fotografados durante a votação da regulamentação das eleições municipais. A reação da opinião pública foi imediata. Vários parlamentares do PT e PMDB tentaram anular a sessão, ameaçaram ir à Justiça, mas tudo acabou numa censura por escrito aos fraudadores e na decisão da Comissão de Justiça considerando o pedido de anulação da sessão “intempestivo e fora do prazo”.

“Campanha orquestrada”

Na reabertura dos trabalhos do Congresso, a 1º de agosto, ficou evidente que os parlamentares estavam dispostos a prolongar o recesso de meio de ano, cumprido, durante todo o mês de julho. Só 15 dos 479 deputados compareceram à sessão vespertina da Câmara. No Senado, estavam apenas nove dos 69 componentes da casa. À noite, houve três sessões do Congresso (reuniões conjuntas da Câmara e Senado), que duraram dez minutos e tiveram a participação de um deputado e dois senadores.

Como os dias que se seguiram mostrassem que o plenário continuava vazio, sem que isso aparecesse nas listas de comparecimento, a palavra **jeton** — designação da diária de Cr\$ 112 mil percebida por parlamentar pela presença e participação nas votações — tornou-se corrente no noticiário.

No dia 6 de agosto, o presidente do Senado, José Fragelli, (PMDB-MS) anunciou que cortaria os **jetons** dos senadores ausentes. No dia seguinte, desmentiu-se, após uma saraivada de discursos de protesto. Em seguida, o presidente da Câmara, Deputado Ulysses Guimarães, anunciou um “esforço concentrado”, para assegurar quorum às sessões das terças, quartas e quintas-feiras. O esforço resultou inútil, pois os 70 projetos apreciados só saíram da pauta onde dormiam graças ao artifício do voto de liderança.

Ulysses advertiu: as fotografias que mostravam a Câmara às moscas faziam parte de uma “campanha orquestrada para desmoralizar o Legislativo”. Embora defendesse o corte dos **jetons** dos ausentes, Ulysses deu o argumento para tornar a falta de assiduidade assunto intocável no Congresso.

No dia 26, finalmente, a Mesa da Câmara decidiu cumprir a Constituição e cortou os jetons de 286 deputados ausentes. No dia seguinte, o plenário regurgitava com a presença de 335 deputados. “Com a campanha da imprensa ou não, a verdade é que o plenário encheu e está todo mundo aqui para defender o seu”, comemorou o Deputado Aírton Soares (PMDB-SP). Anunciou-se que o corte de 1 mil 295 jetons permitiu à Câmara uma economia de Cr\$ 145 milhões em uma semana.

Com a chegada de setembro, a frequência dos congressistas voltou a cair. O Senador José Fragelli encontrou a fórmula para burlar o Regimento: passou a convocar sessões extraordinários do Congresso, para compensar à noite o jeton que o parlamentar perdesse à tarde.